

12173 - Comparação do ICMS socioambiental nos municípios do semiárido dos estados de Minas Gerais e de Pernambuco

Comparison of ICMS Socioenvironment in the semi-arid districts of the states of Minas Gerais and Pernambuco

QUEIROZ, Paula Vanessa Mesquita¹; JORGE, Danillo Lobo²

1 Bacharelanda em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bolsista de Iniciação ao Extensionismo do Núcleo de Agroecologia e Campesinato, Membro do Grupo de Estudos em Agroecologia e Campesinato, paulavanessamq@gmail.com, 2 Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, dlj.ufrpe@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar e analisar como vem sendo realizada a gestão dos recursos financeiros provenientes dos instrumentos econômicos de gestão ambiental implementados nos municípios da região semiárida de Minas Gerais e Pernambuco. Foi realizada a identificação dos municípios do semiárido mineiro e pernambucano que recebem o ICMS Sociambiental e quais são os critérios para o repasse, bem como a investigação de como e em quê estão sendo investidos os recursos financeiros arrecadados pelo instrumento econômico de gestão ambiental. Esperamos que os dados levantados ajudem a proposição de um modelo de gestão pública que assegure o investimento dos recursos financeiros obtidos pelos instrumentos econômicos de gestão ambiental na preservação do meio ambiente, respeitando as dinâmicas e especificidades de cada bioma, no caso em estudo, a caatinga.

Palavras-Chave: Economia ecológica; políticas públicas de gestão ambiental; serviços ambientais; semiárido.

Abstract: *This article aims to investigate and analyze how the management of the financial resources of economic instruments for environmental management implemented in the districts of the semi-arid region of Minas Gerais and Pernambuco has been undertaken. It was identified the semi-arid districts of Minas Gerais and Pernambuco which receive the Environmental GST and the criterias for the transfer, as well as research about how and where the financial resource raised by the economic instrument of environmental management is being invested. We hope that this work can help to propose a model of governance that ensures the investment of funds obtained by the economic instruments of environmental management in the preservation of the environment, respecting the dynamics and characteristics of each biome, in our case, the caatinga.*

Key Words: *Ecological economics, public policy environmental management, environmental services, semi-arid.*

Introdução

As políticas públicas impulsionadas pelo Estado para o desenvolvimento da região semiárida foram expressas por meio de projetos e pólos de desenvolvimento com base em monoculturas agroquímicas. Para Andrade e Queiroz (2009), malgrado o rápido crescimento econômico que marca o desempenho desses projetos, eles acabaram gerando contrapartidas socioambientais negativas, acentuando a histórica diferenciação social e econômica e degradando o meio ambiente.

O Estado passou a buscar alternativas de modelo de gestão ambiental que fosse compartilhado entre as Unidades Federativas e os municípios. O primeiro exemplo é o Estado do Paraná, que instituiu a Lei do ICMS Sociambiental em 1991. É nesse contexto que surge o ICMS Socioambiental, com o objetivo de ser um mecanismo de incentivo à preservação e conservação do meio ambiente.

Segundo Maimon (1996), para executar as políticas ambientais os Estados dispõem das seguintes estratégias: instrumentos de comando e controle; auto-regulação, através do mercado; instrumentos econômicos; e, macropolíticas com interface ambiental. Para não nos estendermos muito, limitaremos a nossa análise aos instrumentos econômicos de gestão ambiental, especificamente no fenômeno que vem se espalhando pelos Estados brasileiros, chamado ICMS Ecológico ou Socioambiental.

Existem vantagens e desvantagens em cada instrumento de intervenção, em termos de eficiência, de eficácia, de equidade e do grau de flexibilidade que dão aos agentes poluidores/consumidores de recursos ambientais (Haddad, 2002). Entre algumas das desvantagens dos instrumentos de comando e controle em relação aos instrumentos econômicos citadas pelos especialistas, encontram-se o elevado custo e o fato de, em geral, não atingirem os objetivos propostos (Oliveira, 2003).

Os instrumentos econômicos criados pelo Estado surgem com o objetivo de corrigir distorções de mercado provocadas pelos processos produtivos quando os impactos ambientais ou externalidades não são considerados no sistema de preços tradicionais, causando danos ao meio ambiente e à sociedade.

Metodologia

Utilizamos técnicas de pesquisa qualitativa, mediante as quais foram coletados e sistematizados dados primários e secundários requeridos na análise, além de intervenções quantitativas para análise do ICMS sociambiental. Analisamos as leis e dados de repasse das verbas do imposto nos Estados.

Durante o período de desenvolvimento do trabalho também foi feita a identificação detalhada dos instrumentos econômicos (IEs) existentes no Brasil, e quais deles se aplicam aos Estado de Pernambuco Minas Gerais e aos seus municípios. Além dos Estados acima citados, foram levantados dados acerca das leis que criam e implementam os IEs nos seguintes Estados: Acre; Amapá; Ceará; Goiás; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Paraná; Piauí; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Rondônia; São Paulo e Tocantins.

A partir da identificação dos instrumentos econômicos e dos municípios dentro da região semiárida, tornou-se possível levantar os dados referentes ao repasse dos IEs para esses municípios.

Resultados e discussão

A partir dos dados obtidos através da análise das leis e repasses de verbas (BRASIL, 2005), levantamos que dos 185 municípios de Pernambuco, 122 estão na região semiárida, o que corresponde a 65,94% dos municípios pernambucanos. Ainda em PE,

todos os 122 municípios que estão no semiárido recebem recursos do ICMS Socioambiental.

Em Minas Gerais, dos 853 municípios existentes, 85 estão localizados na região semiárida mineira, correspondendo ao percentual de 9,96% do total de municípios do Estado. Dessa quantidade (85), apenas 26 municípios recebem recursos do ICMS Ecológico, enquanto 59 não recebem. Percebemos claramente que o acesso ao ICMS Socioambiental aos municípios da região semiárida, no momento, ocorre de forma mais intensa no Estado de Pernambuco; uma vez que todos os municípios localizados no semiárido recebem o ICMS Socioambiental.

Entre os critérios usados para o repasse dos recursos do ICMS Socioambiental em PE destacamos: espaços territoriais especialmente protegidos(1%); mananciais de abastecimento público(1%); usina de reciclagem de lixo(1%); tratamento de lixo/esgoto(2%).

Em MG, nem todos os municípios inseridos na região semiárida recebem o ICMS Socioambiental. Apenas 30,59% dos municípios dentro do semiárido recebem o instrumento, enquanto 69,41% não recebem. Já em MG, entre os critérios usados para o repasse dos recursos do ICMS Socioambiental destacamos: meio ambiente(1,1%), ao qual é subdividido em unidades de conservação(45,45%), mata seca(9,1%) e saneamento(63,65%); municípios mineradores(0,01%); área cultivada(1%); recursos hídricos(0,25%).

Com essas estatísticas, nossa pesquisa nos leva a concluir que apesar de pouca a porcentagem destinada ao meio ambiente, há uma considerável mudança na diversidade dos critérios de distribuição dos recursos. Com isso, os serviços ambientais proporcionam um estímulo à práticas sustentáveis e preservação do meio ambiente.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Núcleo de Agroecologia e Campesinato; Grupo de Estudos em Agroecologia e Campesinato e ao Centro de formação em Economia Solidária do Nordeste.

Bibliografia Citada

ANDRADE, Flávio Lyra de; QUEIROZ, Paula Vanessa Mesquita. Articulação no semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização e para Convivência com o Semiárido: A Influência da ASA na Construção de Políticas Públicas. In: KÜSTER, Ângela; MARTI, Jaime Ferre (org.). Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

HADDAD, Paulo R. Modelo Para Análise Econômica da Aplicabilidade das Decisões do CONAMA e Adequação desse Modelo aos Temas Definidos como Prioritários pela Câmara Técnica Temporária de Assuntos Econômicos. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – BRASIL, 2002.

MAIMON, D. Passaporte Verde-Gestão Ambiental e Competitividade. Rio de Janeiro:

Qualitymark Ed., 1996.

OLIVEIRA, José Antônio Pupim de. Instrumentos econômicos para a gestão ambiental: lições das experiências nacional e internacional. Salvador: Centro de Recursos Ambientais : NEAMA, 2003.